

SESSÕES DO PLENÁRIO

61ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de dezembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÁLVARO GOMES (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão em comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e aos 11 anos da fundação do Iapaz, Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social, proposta por mim.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Convido para compor a Mesa Agnaldo Pereira, diretor do Iapaz, a coordenadora geral da Frente de Luta Popular, FLP, Rita Sebadelhe, e as diretoras do Iapaz Verena Souto e Lucimara Cruz.

Convido a todos os presentes para ouvirem o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Iniciando a nossa sessão especial, usarei a palavra para comentar o Dia Estadual da Paz e também os 11 anos da fundação do Iapaz.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero saudar a presidente desta sessão neste momento, a deputada Fátima Nunes, e também esta Mesa importante, que conta com a presença de Lucimara, fundadora do Iapaz. Aliás, aqui estão três fundadores do Instituto: Agnaldo Pereira, Lucimara Cruz e eu. Verena ingressa logo depois no Iapaz. E também Rita Sebadelhe, liderança importante do movimento pela moradia, pela democracia. Saúdo a todos os presentes aqui nesta sessão especial, em que se comemora o Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e igualmente os 11 anos do Iapaz, Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social.

Na realidade, quando propusemos o projeto do Dia Estadual da Cultura da Paz, ele foi aprovado e sancionado em 2004 pelo governador da época. Fizemos essa lei e também questão de reforçar o complemento, porque poderia ser simplesmente o Dia Estadual da Paz. Mas insistimos constar na lei o Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social. Por que fizemos isso? Porque entendemos que não pode haver paz se os direitos fundamentais do ser humano não forem assegurados. Paz só com justiça social, e isso temos de estar sempre reforçando, sempre falando e buscando a conscientização da população.

Quando estabelecemos o 10 de dezembro para este dia, também não foi por

acaso. Então, o complemento Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social não foi por acaso. O próprio dia igualmente não foi por acaso.

(O Sr. Zé Neto adentra o Plenário.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Registro a presença do Líder do governo, deputado Zé Neto, que está aqui prestigiando esta importante sessão especial.

Então, como dizia, o dia 10 de dezembro não foi mesmo por acaso, exatamente porque foi em 10 de dezembro de 1948 que a Organização das Nações Unidas, a ONU, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela pressupõe princípios fundamentais, básicos para todo ser humano. Estabelece os princípios e os direitos à liberdade, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à não discriminação, ao não preconceito. Portanto, é uma declaração de princípios fundamentais.

Portanto, escolhemos o 10 de dezembro justamente porque é a data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Então tal escolha tem, digamos assim, essas duas questões básicas, pois atualmente nós vivemos num mundo extremamente violento e agressivo. O nível de agressividade é muito alto e se reflete em alguns números que vou colocar agora para vocês. Estes dados foram extraídos do Mapa da Violência, uma publicação acadêmica muito conhecida na qual se sistematizam anualmente os dados da violência no nosso País e também nos Estados.

Então, vejamos a cada dia. Hoje, neste exato momento, estamos aqui nesta sessão especial. Mas muitas pessoas estão sendo agredidas, assassinadas, uma situação que precisamos evidentemente tratar buscando uma solução para esta problemática.

Vejamos: para que tenhamos uma ideia, de 1980 a 2011 houve 1.145.908 assassinatos no Brasil. Então, é uma cifra bastante elevada. Porém, se formos computar as mortes por causas externas - isso envolve aí a questão das que acontecem no trânsito e os suicídios e homicídios -, esse número passa para 3.522.401 mortes.

No entanto é preciso observar também o crescimento do número de homicídios no nosso País. Em 1980 foram 13.910. E foi crescendo a cada ano, chegando em 2003 a 51.043. Observem esse crescimento de 1980 a 2003. Foi assustador, mesmo considerando o crescimento populacional. A partir de 2004 o número de homicídios no Brasil manteve-se sem grandes variações. Então foram 51 mil em 2003, e esse número foi se mantendo. Caiu um pouco em 2004 e 2005, mas se manteve mais ou menos o último número, que é de 2011 e foi divulgado em 2012. O número de homicídios em 2011 foi de 52 mil. Caiu um pouco, mas se manteve sem grandes variações, manteve-se estável. Entretanto, ainda assim, se manteve num patamar bastante elevado. Numa comparação, para termos uma ideia da gravidade da situação, de 2004 a 2007 62 países estavam em conflito, envolvidos em guerras no mundo, e o número de mortes foi de 208.000.

Quero registrar a presença do nosso companheiro Aderbal Fulco Caldas, que está aqui prestigiando o nosso evento, e também convidá-lo para compor a Mesa.

Imaginem vocês que naqueles anos havia 62 nações em guerra no mundo, e isso culminou na morte - é um número elevado - de 208 mil pessoas, mais precisamente 208.349. E no Brasil, naquele mesmo período, foram 192.804 mortes.

Então, vamos agora dar um destaque e observar um pouco a Bahia. Fala-se muito que a violência aqui aumentou. E de fato aumentou, é verdade. Mas, às vezes, fica aquela impressão de que na Bahia nunca houve violência, de que a violência começou a partir de 2007. fica um pouco a ideia de alguns que repetem sempre que a violência aumentou, que é assustadora, mas vamos aqui aos dados. O número de homicídios em 1999 na Bahia foi de 890, conforme a publicação bastante reconhecida chamada de Mapa da Violência. Foram 890 em 1999.

Em 2006, o número pulou de 890 para 3.278 homicídios. Olhem o crescimento, de 890 para 3.278. Imaginem que foi um crescimento assustador. Não fiz os cálculos, mas é de mais de 200%. O crescimento foi assustador de 1999 a 2006. Vejamos, esse crescimento continuou e, no ano seguinte, 2007, houve 3 614 homicídios. Em 2008, foi 4.765. Em 2009, 5.383. Em 2010, tivemos 5.763. Tivemos 5. 451 em 2011. Chegando em 2012, a 5.936.

O que quero chamar a atenção é que o crescimento do ponto de vista percentual, da violência de 1999 a 2006 foi muito superior do que o crescimento da violência de 2007 a 2013.

Quero deixar isso claro, porque passa , às vezes, a ideia de que a violência começou ontem, começou em 2007, em 2008. mas não é bem assim. Os dados mostram exatamente o inverso. Mostram que a violência aumentou de forma assustadora de 1999 a 2006, não fiz os cálculos do ponto de vista percentual, ele aumentou mais de 200%. E de 2007 a 2011, 2013, a violência aumentou, mas manteve num patamar um índice percentual infinitamente inferior ao crescimento da violência no período anterior.

Portanto, na Bahia, a violência cresceu muito de 1999 a 2006. E de 2007 a 2013 a violência cresceu menos. Ainda assim, o número de homicídios é assustador.

E eu queria também dizer o seguinte. Nós vivemos hoje com os níveis de homicídios mais ou menos estabilizados, tanto no Brasil quanto na Bahia, não há grandes variações, mas o nível que está estabilizado é ainda assustador, porque se observarmos que são 50.000 homicídios no Brasil, a média, e se observarmos que são 5.000 homicídios na Bahia, é um número muito assustador, porque, se observarmos, 50 mil homicídios no Brasil, a média, se observarmos, 5 mil homicídios na Bahia, é um número assustador. Homicídios, assassinatos, que é o nível mais grave da violência, em que se tira a vida de uma pessoa, se mata as pessoas.

E observa-se nesse nível de violência, como sempre tenho colocado, o seguinte: a maior parte desses assassinatos se dá por questões econômicas, seja o tráfico de drogas, seja o assalto para roubar. Dificilmente você tem um assassinato que fuja dessa questão econômica. O assassinato, geralmente, é por uma questão econômica, mesmo no tráfico de drogas.

Ora, se essa é uma questão fundamental, é a raiz, é o motivo do assassinato,

não é difícil concluirmos que é preciso reduzir as desigualdades sociais. É preciso melhorar as condições de vida da nossa população para que possamos reduzir os índices de homicídios, de assassinatos, em nosso País e em nosso Estado.

Eu, particularmente, entendo que o número de homicídios vinha aumentando de forma assustadora, e a partir de 2004, no Brasil, não teve grandes variações. Eu considero, interpreto, do ponto de vista pessoal, que esse nível de violência não aumentou mais porque a partir de 2003 nós tivemos uma política de inclusão social, uma política de melhoria das condições de vida da população, uma política de construção de uma sociedade mais justa, mais humana, e esse quadro estabilizou-se, não teve grandes variações, do meu ponto de vista.

Na Bahia, observa-se, também, que há uma certa estabilização nestes últimos anos, embora num patamar alto, mas, também, na minha opinião, em função da política de inclusão social.

Foram construídos no Brasil cerca de 3 milhões de casas populares, para a população de baixa renda. Na Bahia, de 200 mil a 300 mil. Se se observar que nós tivemos uma redução do nível de desemprego no Brasil, que era de 12% e passou para 5%, se se observar que o número de trabalhadores na economia formal aumentou e o número de trabalhadores na economia informal diminuiu, e o trabalho informal é um dos indicadores do trabalho precário, então, se diminuiu o número de trabalhadores informais, significa que melhoraram as condições de trabalho dos trabalhadores de uma maneira geral.

Então, observa-se que houve uma mudança no Brasil e houve uma mudança na Bahia visando à inclusão social, e esse fato, na minha opinião, tem contribuído para combater a violência em nosso País e em nosso Estado.

É importante ressaltar, e ficamos muito preocupados, que com esses níveis de violência que não são de hoje, nem de ontem, são históricos, começa a se fortalecer determinadas ideias que considero equivocadas e que considero, inclusive, prejudiciais. Com o aumento da violência, passa-se a ideia de que, para resolver o problema da violência, é preciso construir mais presídios. É preciso aumentar o número de policiais. É preciso estabelecer a pena de morte. É preciso reduzir a maioria penal.

Essas ideias que são propagadas e colocadas como solução para os problemas da violência em nosso País, do meu ponto de vista, são extremamente equivocadas. Achamos, entendemos, temos clareza de que é necessário o aparato repressivo, sim. Ninguém está aqui negando essa necessidade. É preciso ter policiais, sim. É preciso ter presídios, sim. É preciso ter, efetivamente, o aparato repressivo para combater a violência. É preciso, sim; ninguém nega isso. Aqui não estamos negando isso. O que estamos falando é que o aparato repressivo, os presídios são importantes, são necessários, mas não são a solução para resolução do problema da violência. Aliás, isso pode até agravar. Em determinadas situações agrava. Quem é que está na cadeia? Quem é que está preso? Os negros, pobres e jovens. Esses são os que estão na cadeia. Os grandes criminosos deste País estão na cadeia?

Recentemente um empresário, Ricardo Semelin, escreveu um livro – Virando a Própria Mesa. E ele fez um artigo, digamos assim, em que as pessoas observaram com certo impacto.

O título do artigo dele, publicado na Folha de São Paulo, foi o seguinte: “Nunca se roubou tão pouco neste País.” Por que ele fez isso, e o que ele defende nesse artigo? O que ele fala nesse artigo? Estou me referindo aqui ao que ele fala, e não ao que eu falo.

Então o Ricardo Semelin diz o seguinte: “Eu não sou petista, não sou progressista. Eu sou tucano. Sou empresário. Sou do PSDB. Minha ficha foi assinada por José Serra, Fernando Henrique Cardoso, etc.” E aí ele fala isso para, digamos assim, comentar um pouco sobre os episódios da Petrobras atualmente. Em um dos trechos do artigo ele pergunta o seguinte: “Onde estavam os empresários hipócritas quando, na década passada, houve uma perda de 1 trilhão de reais da Petrobras?” Mais adiante ele diz o seguinte: “Aqueles que calculam o índice de corrupção calculam que hoje o índice é de 0,8% do PIB, e que nas décadas passadas esse percentual era de 5% do PIB.” Cinco por cento do PIB, o índice de corrupção, segundo palavras dele. Estou falando só dele.

Ora, se esse empresário tucano fala isso do nível de corrupção, onde estão esses corruptos? Naturalmente, boa parte deles está circulando aí no meio da alta sociedade, viajando de avião particular, nos iates, etc e tal.

Quem está na cadeia, hoje, é o pobre excluído, negro e jovem. Porque os responsáveis, esses que estão praticando alta corrupção, que praticaram a corrupção historicamente – a elite – estão soltos, oprimindo o povo brasileiro.

Então, construir cadeias, estabelecer pena de morte, reduzir a maioria penal, aumentar o número de policiais, sem resolver a raiz do problema, a violência vai continuar. Então, é preciso resolver os problemas fundamentais para combater a violência. E como é que se combate a violência? Evidentemente com justiça social. Em vez de construir presídios de segurança máxima, vamos construir universidades, postos de trabalho, dignidade para o nosso povo. (Palmas.) Em vez de reduzir a maioria penal, visto que alguns acham que deve reduzir para dez, oito ou dezesseis anos, nos EUA chega até a cinco anos, deveríamos acolher nossas crianças, nossos jovens, dando suporte social, todo o apoio, plantar para ter um futuro feliz para todos nós.

É disso que precisamos. Porque se não forem combatidas as raízes das violências, fincadas no individualismo, no capitalismo perverso, nessa ideia de que o ser humano é um objeto descartável, teremos um policial para cada pessoa e a violência continuará e até se agravará. É preciso combater a corrupção, o individualismo, os valores que levam a humanidade ao sofrimento. É preciso combater essa falta de valores perversos que tratam do ser humano como objeto descartável. Morrem 50 mil pessoas e não se ouve falar. O que se vê é uma mídia perversa, muitas vezes ridicularizando uma pessoa pobre, um necessitado, expondo desnecessariamente. Esse é um crime contra o ser humano. Uma pessoa pobre,

necessitada, às vezes, inocente, mesmo até que tenha erros, ninguém tem o direito de ridicularizar as pessoas.

Precisamos combater tudo isso e ter uma mídia colocando informação, divulgando coisas boas, divulgando os bons exemplos, falando a verdade e não distorcendo, deformando. Precisamos de uma mídia que efetivamente cumpra com o seu papel. Porque todos sabem que se a mídia coloca e divulga o que é ruim, aquilo tende a se fortalecer. Se a mídia divulga corretamente coisas boas, aquilo tende a se espalhar.

Então é preciso que combatamos todos esses problemas, o individualismo, a exploração, a opressão, a discriminação, o preconceito e o racismo. Que possamos exigir dignidade para o ser humano. Dessa forma, vamos construir uma sociedade com paz e justiça social. Criamos o Iapaz, em 2003, com esse objetivo. Porque o que ocorreu foi que em 1999, na agência Bradesco de Ondina, área nobre da nossa cidade, foi feito um assalto, foi assassinado um colega bancário e uma estudante de Medicina do Rio Grande do Sul, Juliana. Esse fato teve uma repercussão nacional, atingiu a classe média. Criou todo aquele movimento, a mídia fazendo grandes divulgações. O Sindicato dos Bancários da Bahia sempre lutando para que a lei das portas giratórias, que foi uma lei construída pelo Sindicato dos Bancários, fosse colocada em prática, a gente sempre fazendo manifestações, não foi e tal. E aí ocorreram o assalto e o assassinato.

A partir daí, fizemos o nosso protesto. Houve vários protestos. E nós paramos para pensar, para refletir e analisamos o seguinte, bom, vamos fazer também uma manifestação. Vamos fazer o nosso protesto, vamos ao Campo Grande. E aí raciocinamos o seguinte: bom, foram assassinadas duas pessoas, Juliana e o colega bancário; analisamos os dados e olhamos o seguinte: são assassinados no Brasil 40 mil pessoas, então temos que lutar contra a violência geral, contra essa violência específica, mas precisamos ir além, precisamos lutar.

Foi a partir daí que nós desenvolvemos o nosso slogan: Sem justiça social não há paz. Fizemos uma grande caminhada dentro desse contexto mais geral, evidentemente protestando contra a morte do bancário, contra a morte da estudante, mas expandindo para uma luta maior que é a luta por justiça social.

A partir daí, o Iapaz se consolidou e nós desenvolvemos diversas atividades. Participamos de vários fóruns sociais mundiais a partir da sua criação. Tivemos como um dos membros importantes do Iapaz o saudoso Gey Espinheira para quem fizemos uma homenagem, recentemente, concedendo o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social. E fruto das nossas viagens aos fóruns sociais, publicamos um livro, publicação da editora Anita Garibaldi, de São Pulo, e do Iapaz – Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social. Esse livro é importante porque retrata as nossas ações, os nossos seminários nos fóruns sociais mundiais. Então nós abordamos aqui os diversos temas teoricamente e é um livro que considero muito importante porque é o retrato do Iapaz.

A última publicação do Iapaz foi, exatamente, no Fórum Social Mundial da

Tunísia que aconteceu entre os dias 26 e 30 de março de 2013 quando publicamos essa revista. Vocês observem que em todos os nossos seminários, em todas as nossas revistas, a gente sempre coloca o complemento: Paz só com justiça social. E nós fizemos esse seminário, apresentamos esse seminário e publicamos essa revista: Capitalismo, crises sistêmicas e desigualdades. O nosso texto aborda a situação da paz e nós tivemos essa participação nos fóruns sociais.

Aqui nós criamos alguns núcleos do Iapaz nos bairros e também no interior. Fizemos um curso importante que foi o curso de juristas populares da paz que tinha como objetivo fazer com que a população carente pudesse conhecer um pouco do direito para se defender, fazer, por exemplo, um habeas corpus, ter o conhecimento básico dos seus direitos fundamentais, etc. Então esse curso de juristas populares da paz foi um curso elaborado no qual eu próprio fui professor e todos os professores foram voluntários, foi um curso de alto nível. A abertura desse curso foi feita pelo chefe do Ministério Público, na época, Livaldo Brito que fez a aula inaugural. Também interferimos em várias situações, como a defesa do consumidor quando entramos com uma ação acabando com a tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia, conseguimos êxito. Conseguimos, também, um resultado positivo contra o aumento da energia elétrica. Primeiro ingressamos, depois o Ministério Público também ingressou e nós dois conseguimos um resultado positivo. Lutamos, também, bem antes, na defesa da moradia popular. Estavam acontecendo alguns problemas com os prédios que estavam sendo condenados, o Iapaz interferiu nesse processo e conseguiu um resultado positivo.

Então, o Iapaz tem desenvolvido essas lutas e essas mobilizações, essas ações. O objetivo do Iapaz, nesses seus 11 anos de existência, não é se transformar numa entidade para fazer eventuais programas pontuais. Ele pode até fazer isso, não tem nenhum problema de fazer seus programas, seus cursos, ações, agora, o Iapaz não pode, jamais, perder os seus princípios fundamentais da luta mais geral de combate ao capitalismo perverso, ao individualismo, de combate às desigualdades e de busca da construção de uma sociedade mais humana, uma sociedade onde todos possam viver bem.

Por isso, comemoramos aqui os 11 anos do Iapaz reafirmando como anos de muito êxito onde plantamos a semente e, sem dúvida nenhuma, ela brotará, porque não resolvemos um problema estrutural de uma hora para outra. Por exemplo, a questão da violência não resolvemos de um dia para o outro. A questão da violência é um problema que se resolve a curto, a médio e a longo prazo. Plantamos hoje para colher daqui a um ano, daqui a 10 anos, daqui a 15 anos, daqui a 20 anos, sejam coisas positivas, sejam coisas negativas. E o que estamos plantando hoje são coisas positivas e que, sem dúvida nenhuma, vamos colher mais à frente.

Por isso, é um prazer muito grande estar aqui. Naturalmente, é uma das últimas sessões que vamos realizar aqui na Assembleia Legislativa, porque minha missão termina no dia 31 de janeiro de 2015. Uma missão que durou 12 anos e que cumprimos da melhor forma possível. Não poderíamos encerrar esse ciclo sem fazer

uma sessão especial que considero muito especial, que é a sessão do Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e dos 11 anos do Iapaz. Encerro, portanto, esse ciclo de atividades do nosso mandato que buscamos cumprir da melhor forma possível, assim como presidente do Sindicato dos Bancários, onde buscamos cumprir da melhor forma possível com as nossas obrigações. Realizamos um trabalho que transformou o sindicato numa das entidades mais importantes do País. Aqui no nosso mandato temos feito aquilo que é possível. Os 2.200, 2.300 discursos, os 400 projetos de lei, centenas de indicações, moções, requerimentos e outras proposições legislativas, a nossa interferência no dia a dia do Plenário, recebendo prêmio do deputado mais assíduo e que mais pronunciamentos fez aqui na Assembleia Legislativa. Então, cumprimos com nosso dever.

E quando ressalto a questão da produção legislativa, do número de discursos e de proposições, não o faço nem pelo lado da quantidade, porque eu poderia ter uma produção legislativa bastante densa, e essa produção legislativa não estar a serviço da sociedade.

Gosto de ressaltar que toda a nossa produção legislativa, sem exceção, está nos Anais desta Casa, nos discursos, acessíveis a qualquer pessoa pelo próprio site da Assembleia Legislativa da Bahia.

Todos os nossos projetos, todas as nossas iniciativas foram em defesa dos que mais precisam, em defesa da população carente, do trabalhador, da democracia, da construção de uma sociedade mais humana. Sinto alegria, porque a minha produção legislativa tem essa essência, esse conteúdo. Não é pela quantidade, mas pelo conteúdo da nossa produção legislativa.

Sempre coloco com muita tranquilidade, nos locais que ando, que cumpri o meu papel aqui. Saio da Assembleia Legislativa da Bahia, não fui reeleito. Isso para mim não foi uma derrota, não saio daqui derrotado, considero-me extremamente vitorioso, saio com muita tranquilidade daqui da Assembleia Legislativa da Bahia.

Eu seria um derrotado se colocasse os interesses pessoais acima dos interesses coletivos, se abrisse mão dos meus princípios éticos e de solidariedade com a nossa população. Eu seria um derrotado se para me eleger fugisse da luta e deixasse de defender os oprimidos. Aí eu seria um deputado eleito, votado, mas derrotado.

Saio da Assembleia Legislativa da Bahia. Não serei mais deputado, mas me considero vitorioso, porque mantenho os meus princípios fundamentais e não deixarei a luta em qualquer lugar que eu esteja, em qualquer situação, em qualquer circunstância.

Continuarei lutando junto com a população oprimida, sonhando com a construção de uma sociedade mais humana, onde todos vivam com dignidade. Continuarei lutando, em qualquer lugar que eu esteja, pela construção da paz com justiça social.

Um grande abraço a todos vocês. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Convidamos para compor a Mesa o diretor-executivo do Instituto de Estudos e Ação pela Paz e Justiça Social, Iapaz, Sr. Ney Sá. (Palmas)

Passo a presidência dos trabalhos ao proponente desta sessão especial, o nobre deputado Álvaro Gomes.

(O deputado Álvaro Gomes assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero informar que esta sessão, que é muito representativa, com a presença de muitas lideranças, está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia.

Depois vamos fazer uma revistinha e o vídeo com o conteúdo desta sessão e distribuiremos, para que seja divulgada e outras pessoas tomem conhecimento deste ato que realizamos hoje em comemoração ao Dia Estadual da Paz com Justiça Social, e aos 11 anos de fundação do Iapaz, Instituto de Estudos e Ação pela Paz e Justiça Social.

Convido, para fazer uso da palavra, Lucimara Cruz, diretora do Iapaz e, também, uma das fundadoras.

A Sr^a LUCIMARA CRUZ:- Bom-dia a todos e principalmente a todas, porque a maioria, aqui, é de mulheres.

Retomo um pouco a história da caminhada do Iapaz. Algumas pessoas, como Rita e Verena, botaram pé na estrada com muita garra, sem muita coisa, porque não tínhamos muito, nem grandes apoios financeiros. Mas nós, sempre, tivemos uma coisa: determinação. Acreditamos no protagonismo popular.

Sempre acreditamos que o Iapaz, que trazemos, não é só nosso, é de todos que queiram fazer parte desta construção. Esta construção não seria feita por nós particularmente, mas nós seríamos parte dela, junto com cada comunidade que abraçou e abraça os mesmos princípios que nós.

Temos de acreditar que construímos, a cada dia, este mundo com justiça, com a paz que queremos ter e queremos deixar para as outras gerações. O mundo, que queremos deixar para Gabriel e para Davi, é um mundo diferente do que temos hoje com muita violência.

O deputado Álvaro Gomes já falou sobre isso anteriormente. Mas, especialmente nós, mulheres e negros, em que pese a violência ter se estabilizado no topo com o percentual muito alto, vivemos com um número de homicídios maior do que o número de homicídios nas zonas de guerra no Oriente Médio. Vivemos com um número de homicídios, todos os dias, maior do que o número de pessoas que morrem nos maiores conflitos da terra. Então nós vivemos dentro de uma guerra civil não declarada o tempo inteiro. Nossos filhos são os principais alvos dessa guerra.

Hoje, a idade de morte de jovens de origem negra das partes mais carentes da população, esses jovens são os principais alvos. Agora, a idade da morte desses jovens diminuiu. Há 10 anos, a idade média de morte por homicídio, principalmente os alvos da polícia, era de 25 anos. Hoje, essa média de idade está caindo para 17 anos.

Isso quer dizer que, junto com a ideia disseminada de redução de maioria penal, há uma execução “velada”. Aliás, não é velada, pois está nos jornais todos os dias. Contudo, há de se observar a forma como se noticia isso a cada dia. Esta violência dirigida é forjada.

Quando você falava sobre a imprensa e quando leio os jornais, pergunto-me sempre: que imprensa é esta que temos? Que comunicação é esta? Leio “envolvido com o tráfico”. O que é mesmo envolvido com o tráfico? Quando um Fábio Assunção da vida é preso com muitas drogas, dizem: “coitado, precisa ser tratado”. Mas quando o filho do povo é pego com um cigarro de maconha, ele é envolvido com o tráfico. O que é esse envolvido com o tráfico?

Bem, apesar de estar com muita dificuldade de falar em público ultimamente, eu, hoje, quis falar para pedir a vocês para ficarem atentos à votação do PL nº 4.471/12, que extingue o auto de resistência. Este é um artifício utilizado para impedir que as mortes, feitas por policiais, sejam investigadas a fundo.

Então, o cara resistiu e não há mais nada para discutir sobre isso. Ele resistiu. Ele foi morto, porque ele resistiu à polícia, porque reagiu. Muitas vezes, a pessoa foi morta dormindo ou estava de costas e tomou um tiro na nuca. Mas isso não será averiguado, porque está, lá, dito e foi o dito, está pronto, está posto. Ninguém irá investigar essa morte ou como a mesma aconteceu.

Nós precisamos estar atentos, porque a violência, que finaliza com a morte física, começa muito antes. A violência contra nós, mulheres, a violência contra a população mais carente e a violência contra a população negra começam muito antes. Esta violência começa na mídia, começa na escola, onde a gente aprende que a mulher tem um papel xis, pois ela tem de se submeter a isso e tem de se submeter aquilo, ainda hoje na escola.

Você sabe que, na última pesquisa feita, 48% dos jovens disseram que acha errado uma mulher sair sozinha para se divertir. Isso foi dito por jovens entre 15 e 21 anos.

Vejam o que as pessoas, ainda, enxergam quando você vê a morte de um jovem negro. Esta foi uma outra pesquisa feita há 2 meses. A pesquisa constatou que comove menos a morte de um jovem negro do que a morte de um jovem branco. Os 42% das pessoas, que responderam a essa enquete, disseram isso, ou seja, que comoviam-se menos. Esta violência culmina na morte física, mas ela começa antes.

A gente vai aprendendo que aquele é o alvo, quem está com a força. E nós, que estamos na base, vamos aprendendo, muitas vezes, a repetir o discurso de quem nos oprime. Foi a mulher mesmo. Ela estava errada, porque ela estava com aquela roupa ali, naquele lugar. Por isso, ela foi estuprada. Ah, foi aquele menino mesmo. Ele fica se metendo, fica andando com esse povo aí e tinha mesmo de morrer.

Então quem são essas crianças que estão morrendo?

Estou pedindo, hoje, a nós todos que nos engajemos na luta pela votação do PL nº 4.471/12 para que seja extinto o ato de resistência. Hoje, este é o meu ato pelo Iapaz em comemoração a este nosso aniversário e ao dia de luta contra essa violência.

É um dia de luta contra essa violência, porque, para a gente construir esse mundo que a gente quer, a gente, ainda, vai lutar e muito. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registro a presença de Hélber Pacheco, da Secretaria do Trabalho Emprego e Renda, representando o secretário Nilton Vasconcelos e, ao mesmo tempo, convido para compor a Mesa.

Concedo a palavra ao nobre deputado Aderbal Fulco Caldas. (Palmas)

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente e deputado Álvaro Gomes, senhores e senhoras, quero, inicialmente, parabenizar o deputado Álvaro Gomes pela feliz iniciativa da proposta de realizar esta sessão especial em comemoração ao Dia Mundial da Paz com Justiça Social.

A violência, deputado Álvaro Gomes, é algo que nos preocupa profundamente. Além dos crimes de natureza político-ideológica, os crimes comuns estão sendo banalizados. E, sobre isso, V.Ex^a elencou muito bem. Isso é muito negativo. A população está-se acostumando ao crime. A população está reagindo menos, precisa reagir muito mais.

Eu admito que a maior culpa para a elevação dos índices da violência é a injustiça, é a falta de justiça. O nosso Código Penal datado de 1940, tem, portanto, 74 anos. Nada mais do que a lei precisa ser atualizada, precisa evoluir, precisa acompanhar as mudanças.

O crime no Brasil praticamente está sendo estimulado pela falta de justiça, pela lentidão. A Justiça, por ser lenta, já é injusta, e não temos penas inibitivas para desestimular o cidadão, a cidadã, a praticar o crime. Senão, vejamos, os índices de criminalidade em nosso País são assustadores. Somos menos de 3% da população mundial, Brasil não completa, não fecha 3% da população mundial. Mas, pasmem, 11% de todos os homicídios, assassinatos do planeta Terra acontecem aqui no Brasil. Não há nenhum conflito no mundo contemporâneo que mate tanto quando no Brasil. Pensem que de cada 100 crimes cometidos, deputado Álvaro Gomes, apenas 6% são apurados, apenas 3,8% se comprova a autoria; e apenas 1,3% cumpre algum tipo de pena.

Quando um cidadão vai praticar, vai se estabelecer, vai exercer, executar qualquer coisa, ele avalia custo e benefício. Infelizmente, no Brasil a lei é tão branda, tão generosa com o delinquente que, para quem não tem Deus e não tem zelo pelo Seu nome, até vale a pena delinquir, porque o sujeito sabe que vai assaltar, matar, com 98% de possibilidade de não cumprir pena, de não responder pelo crime. Isso é assustador. É preocupante porque a tendência do crime no Brasil, desta maneira, é aumentar. Não temos esperança se não modificar a lei, se não tivermos penas exemplares.

Mas não é culpa apenas da desigualdade social, da desigualdade de oportunidades; acima de tudo é a impunidade, senão, um estado pobre, como o Piauí, um dos mais pobres da Federação Brasileira, os crimes contra a mulher, da ordem de

35, 36, 40 para um grupo de 100 mil, lá é 2,6 para um grupo de 100 mil, apenas 2,6. No Rio de Janeiro, onde o índice de desemprego é um dos mais baixos, senão o mais baixo do País, é um dos estados de mais alto índice de criminalidade. Pernambuco, que recebe um dos maiores aportes de recursos federais, e Alagoas, são estados mais violentos do Nordeste.

Além da desigualdade, atribuo, inclusive, esses altos índices de crimes contra os nossos irmãos negros, nossos jovens negros, não apenas pela cor da pele; é de ordem econômica, porque eles são mais pobres, porque são mais inseguros, são presas mais fáceis para os delinquentes e criminosos. Acontece mais contra eles muito por conta disso, porque nossos irmãos negros, há pouco mais de um século, foram herdeiros do nada; vieram do nada e despossuídos de tudo, de todos os bens e de todas as oportunidades, então recai sobre eles, aqueles a quem o Estado brasileiro deve políticas de compensação pelo que o explorou nossos irmãos afrodescendentes.

Naqueles tempos difíceis, eles, com suor, lágrimas, sangue, vida e sofrimento, construíram e mantiveram a economia deste País. Depois do advento da Lei Áurea, eles ficaram despossuídos de todos os bens, de todo o conhecimento e de toda a tecnologia. É por isso que recai muito mais sobre eles!

É preciso, com urgência, que todos esses movimentos, esses protestos sejam na direção, no sentido de modificar a legislação, o Código Penal Brasileiro para que se possa inibir, de certo modo, o crime. Ninguém zera a criminalidade, mas ela pode ser diminuída para níveis toleráveis. Imaginemos que um cidadão, no Brasil, pratique um crime passível de pena de 30 anos. Ele pode colocar veneno numa caixa d'água e matar toda a população que o crime será o mesmo. A pena máxima é de 30 anos. O sujeito pode pegar 200 penas de 30 anos, mas ele só cumpre uma pena.

Eu acho também que a maioria penal deve ser diminuída, porque um jovem de 17 anos, que pode votar para escolher os seus governantes, também pode responder pelos seus atos. Hoje, as quadrilhas já recrutam esses jovens para, como ponta de lança, executarem crimes, tornando-os também vítimas. Não há outro caminho para aqueles que enveredam por esse caminho. Esse caminho, essa senda, essa trilha, essa vereda só dá em dois lugares: no cemitério ou na cadeia.

A falta de agilidade da lei e de dispositivos legais com penas inibitivas que desestimulam o indivíduo a praticar o crime... Se houvesse tais dispositivos, com certeza, esses altos índices de criminalidade diminuiriam consideravelmente. Isso é temerário. Eu sou muito pessimista nesse sentido. Enquanto permanecer essa lei tão branda, a tendência da criminalidade é, sem dúvida nenhuma, aumentar. Eu acabo avaliando que o Estado brasileiro é injusto com a vítima e generoso com o réu! Então, além das políticas compensatórias que devemos, que a comunidade afrodescendente deve exigir dos governos, para que eles tenham iguais oportunidades e possibilidades de competir no mercado de trabalho, precisamos exigir do Estado brasileiro, do Congresso Nacional modificações na lei, penas mais inibitivas e rigorosas para certos tipo de crime e uma Justiça mais ágil. A nossa Justiça é lenta e injusta! É isso o que acho.

Eu conclamo e incentivo a todos para que nos movimentemos, para que os crimes sejam exemplarmente punidos e com a agilidade que a situação requer, porque, caso contrário, a tendência da criminalidade é aumentar. Com apenas 1/6 da pena o cidadão já responde em liberdade! Aqueles que saem temporariamente da cadeia, geralmente, vemos cometendo novos crimes. É balela dizer que pegou 86 anos de cadeia, porque a pena máxima, aqui, é de 30 anos. Acabei de dizer, o cidadão que praticar um crime passível de pegar 30 anos de cadeia pode até envenenar a caixa d'água de uma pequena cidade e matar a população toda, porque ele só pegará 30 anos de cadeia.

Então, nós não podemos aceitar passivamente, não podemos nos conformar e deixar que os crimes fiquem banalizados e apenas 6% dos crimes sejam apurados. Dos homicídios, dos crimes contra a vida, contra o nosso bem maior, a nossa vida, que só 3,8% sejam devidamente apurados, comprovados, e que só 1,3% dos homicidas pague pelo crime cometido. Uma Justiça dessa é, sem dúvida alguma, injusta; e um Estado desse é generoso com o bandido e injusto com as vítimas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, deputado Álvaro Gomes, saúdo-vos e em sua pessoa saúdo a todos e todas que compõem essa brilhante Mesa para esse debate tão importante para criar, implantar a cultura da paz através dos seus trabalhos, dos seus parceiros, dos institutos e das pessoas que comungam com essa ideia de que os seres humanos no planeta Terra têm essa vocação que, lamentavelmente, é torpedeada no dia a dia por atos violentos que impedem a cultura, que impedem um bom relacionamento, um relacionamento de paz. Portanto, parabéns a V.Ex^a, parabéns pelo seu trabalho, por trazer aqui diversos setores do movimento social para este debate.

Eu sempre fico dizendo aqui, nesta Casa, que, às vezes, o nosso povo, o povo baiano, o povo brasileiro, na hora das eleições se confunde com quem aparece pedindo votos. Nessa confusão – digo isto porque algumas vezes antes fui candidata e não cheguei aqui – das ofertas, dos diálogos, das conversas, daquilo que se passa na casa e no pensamento de cada eleitor, muitas vezes deixam um grande lutador pela paz, um grande defensor da igualdade e da justiça social fora deste Parlamento. No entanto, para quem tem a qualidade e a capacidade que o deputado Álvaro Gomes tem, e é meu vizinho de mandato, vizinho de trabalho – em alguns municípios trabalhamos juntos, como é o caso de Heliópolis –, nós sabemos que ele estará sempre nessa trincheira da luta e da busca de melhores dias para o nosso País, para a nossa Bahia, para que a cidadania, a democracia a liberdade de viver com dignidade possam sempre se realizar neste País e nesta Bahia.

Essas são as minhas saudações para o deputado Álvaro Gomes, que estará

sempre conosco nos trabalhos daqui, do Parlamento. Até porque há um ditado popular que diz que quem já foi rei nunca perde a pedrinha da sua corôa. Eu fui deputada em 1993 e 1994, fiquei aqui por 2 anos, depois não consegui voltar, mas agora estou indo para o terceiro mandato. Então, a política é essa dinâmica do dia a dia.

Mas quando deixamos um parlamentar da qualidade de Álvaro Gomes de fora, a sociedade está perdendo, porque qualquer um de nós aqui é profissional de alguma área: do comércio, da empresa, da indústria, tem muita coisa para fazer, mas aqui, no Parlamento, é onde discutimos, apresentamos, defendemos e fazemos acontecer. Em cada voto que a gente dá aqui, no Plenário desta Casa, estamos votando por uma sociedade melhor, votando para as pessoas, estamos retribuindo o nosso compromisso para a sociedade ter instrumentos e mecanismos de prestação de serviços melhores para o nosso povo.

Eu também quero dizer outra coisa. Quando fazemos uma reflexão sobre a paz sabemos que o que impede a paz é a violência. E de onde sai tanta violência nos tempos de hoje? E por que a nossa cultura de Brasil também carregou em sua história essa trama da violência? Ora, aqui viviam os índios...

Ora, aqui viviam os índios, sossegados. Chegaram alguns e disseram que tudo era deles – e já foram cacetando, derrubando um, matando outro. Quem escapou teve de se esconder muito longe, na floresta. Acharam isso pouco, foram buscar os negros em outro país. Mas como os trouxeram? Para se deliciarem nas praias, nas florestas, para aproveitar do bom e do melhor que o Brasil tinha a oferecer?

Não. Também trouxeram para o cacete, para serem rodados, porque quem não trabalhasse bem, quem não tivesse os dentes brancos, quem não tivesse força também vinha, mas não tinha preço algum e era vendido a preço de banana.

Tem violência pior do que essa? Apartar as famílias, destruir os lares, destruir as relações? Ora, se eu sou violentada no meu direito de viver com felicidade e dignidade, o que acontece com o meu sentimento? Que alma tenho?

Então, esta é a cultura que tradicionalmente nos foi imputada, ao povo brasileiro, ao povo baiano. É fácil, muitas vezes, falar dos governos, que não criam aparelhos de punição, não têm leis mais fortes, não colocam mais gente na cadeia. Será que isso resolve? Não estou dizendo que quem fez algo errado não pague.

Certa vez meu filho pegou o carro, em Cícero Datas e dirigiu na rua. Como era menor de idade, o juiz me chamou. Fui intimada e fui com o meu filho. O juiz pegou as páginas do caderno das intimações e foi mostrando que os filhos de outras pessoas, muitos doutores – já que eu era uma pobre professora, não tinha recursos –, também tiveram seus filhos convidados e intimados.

Disse que não me interessava se ele chamou a ou b, o que me interessava é que havia uma lei e fomos lá para cumpri-la. Não me interessa se é filho de doutor, de lavadeira ou agricultor. O que me interessa é que as coisas continuem certas. Mas disse que ele também deveria chamar o pai, porque eu não era dona do carro e não sei dirigir. Quem ensinou a ele não fui eu, porque não sei, e o dono do carro é o

pai, que autorizou. Por que ele não o chamava?

Existem muitas discrepâncias e muitas divergências na forma de corrigir as coisas que acontecem, que ferem os direitos, que ferem a dignidade, que ferem a liberdade e o jeito de viver.

Então, esse é um debate muito complexo. Digo sempre para as pessoas. Por isso aplaudi fortemente o deputado Álvaro Gomes quando afirmou que é preciso construir escolas, universidades. Então, vamos construir dentro da casa da gente, dentro da escola a que o nosso filho vai, outro sentimento de valor humano.

Se não gosto de receber tapa, por que tenho que dar tapa? Se não gosto de ser humilhada, por que humilho o outro? Se sinto dor, meu filho, minha vizinha, meu neto, meu sobrinho, sentem dor também. Aquele que está mais longe de mim sente dor também.

Mas a verdade é que, no intuito de ganhar dinheiro... Tudo virou arte de ganhar dinheiro, inclusive, com as músicas: “tapinha não dói”, “desce a madeira”, “beber, cair e levantar”. Para onde vai uma sociedade que bebe, cai e levanta? Que pensamento tem para desenvolver, para construir uma cultura de paz e de desenvolvimento humano? (Palmas)

Quero encerrar as minhas palavras. Deputado Álvaro Gomes, pegarei o seu discurso, já que foi uma verdadeira aula, para acrescentar aos debates que fazemos nas escolas, nas comunidades. O aparato policial é bom e necessário, mas vem de encontro a quem já cometeu o desastre, a violência, de quem, às vezes, nem se recupera mais.

Mas quando uma mãe gera um filho, não o gera para ser bandido, para ser traficante, gera-o para ser um cidadão de bem, de amor, de felicidade, de convivência, de harmonia com a sociedade. E esse sentimento que a mãe carrega para com o filho que chega precisa ser cultivado a fim de que ele venha a ser um cidadão da paz, um cidadão do bem. Mas ele encontra na sociedade tantos desaforos, tantos desencontros, tantas ofertas maliciosas, que, às vezes – muitas e muitas vezes –, somos solicitados como parlamentares: “Deputada, me arranje um advogado que o meu filho escorregou em um passeio, fez um negócio errado, e me socorra pelo amor de Deus!”

Não quero socorrer as mães dessa forma! Quero, junto com o Estado, com a Secretaria da Educação, com a Secretaria da Segurança Pública, construir um jeito grande, forte, de ajudar a nossa juventude. Sei que há coisas que são sonhos, filosofia. Mas é preciso sonhar em criar pessoas com sentimento de gente, de humano, de cidadão de bem e do bem para fazer uma cultura da paz.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Queremos informar aqui a visita dos estudantes da Escola Municipal Graciliano Ramos, do bairro Alto de Coutos. Estão aqui nos visitando. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia. (Palmas.)

Quero registrar também a presença do sargento Absolon, presidente da Associação dos Policiais Militares Humanitários da Bahia; Francisco Bispo, defensor da pessoa idosa do Fórum Permanente da Pessoa Idosa; Cirlene Carneiro, diretora de Cultura da ACLB – Associação Cultural Liberdade é Barra; alunos da Faculdade Integrada da Bahia – FIB; José Lucas Silva Sobrinho, diretor jurídico da APLB-Sindicato.

A próxima oradora é a senhora Rita Sebadelhe.

Com a palavra a Sr^a Rita Sebadelhe, da Frente de Luta Popular.

A Sr^a RITA SEBADELHE:- Bom-dia a todos e a todas. Quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Álvaro Gomes. Falar após a deputada Fátima Nunes é meio difícil porque ela falou praticamente tudo o que queria dizer. Mas a maioria das pessoas que estão aqui são mulheres, mães, e para nós, mulheres falar da paz, é algo muito difícil. Porque paz não é um sentimento, é algo concreto, que vivemos no dia a dia, com a nossas famílias, dentro de casa.

E hoje nossa luta é pela moradia, a luta das mulheres que estão aqui, dos homens da Frente de Luta Popular. Nossa luta não é a luta que traz a paz. É uma luta com que a gente vai correr atrás dessa paz, que, como o deputado Álvaro disse, nós só conseguimos e só aceitamos a paz com justiça social, com igualdade social. Porque não vivemos numa sociedade em que todos são iguais. Infelizmente, poucos têm muito e muitos, que somos nós, temos quase nada. O Iapaz tem 11 anos de fundação junto com Frente de Luta Popular, que começou muito antes, com o MSTs, que também tem 11 anos. Então, somos irmãos na luta, estamos crescendo juntos.

Não posso deixar de registrar aqui a grande presença do deputado Álvaro Gomes em relação ao nosso movimento. Foi esse mandato, foi o instituto que nos salvou, praticamente em todas as nossas ações, quando precisamos. Desde quando ocupávamos a Conder, que enfrentamos polícia, cachorros, foi o deputado Álvaro que nos socorreu, que nos levou para a quadra dos bancários. Em todos esses 11 anos de trajetória, sempre foi o deputado Álvaro Gomes que esteve nas nossas caminhadas, na nossa frente. Esteve ao nosso lado em toda luta que travamos pela moradia. Principalmente nós, mulheres da frente de luta, que levamos as nossas famílias. Porque a maioria das nossas mulheres são chefes de família. Tanto que no programa Minha Casa Minha Vida metade é para as mulheres chefes de família. Sabemos a luta que travamos, e sabemos por que em todos estes anos que votamos no deputado Álvaro Gomes.

Não acreditamos na perda desse mandato, vi pessoas do movimento chorando, dizendo: Dona Rita, não acredito que o nosso deputado não levou”. Eu disse que, infelizmente, a Bahia está perdendo um grande deputado, mas como o próprio deputado Álvaro disse aqui, e eu disse em reuniões para vocês em todos os núcleos que temos: ele não perdeu, não se vendeu, continua um homem ético, de luta, e, se não fosse um deputado, um pai, um político, um cidadão coerente com sua ideologia e suas propostas, não estaríamos ao lado dele. Porque também estamos do lado da

ética, da decência, e do lado da política séria. Sabemos por que não levamos. Mas a nossa luta não vai parar aqui, deputado.

Onde o senhor estiver, sabemos que estará brigando por nós: pelos pobres, pelos sem-teto, pelos sem-escola, pelos sem-hospitais e pelos sem-tudo. Porque isso ainda somos nós, apesar de tantos avanços do governo Wagner e do governo Dilma. Por isso quero registrar e pedir a todos que levantem para dar uma grande salva de palmas para esse homem que estará sempre conosco. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Obrigado, Rita, pelas palavras carinhosas.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nosso amigo, diretor do Iapaz, Agnaldo Pereira.

O Sr. AGNALDO PEREIRA:- Bom-dia a todos, saúdo a Mesa na pessoa do nosso deputado Álvaro Gomes.

Não posso deixar de registrar que essa plateia, da qual também estou fazendo parte, é de número considerável de mulheres que estão aqui no nosso seio. É que, na verdade, as mulheres tiveram a sensibilidade de se enquadrar dentro da cultura da paz com justiça social. Um dos seus facilitadores é o fato de serem mães e terem uma sensibilidade muito maior, porque quando se é mãe – e principalmente mãe pobre – sabe-se que tem de ser uma grande guerreira para poder vencer os obstáculos que estão pela frente nos esperando.

Álvaro, conheço você não é de hoje. Estivemos, desde a primeira vez que se candidatou, juntos nesta luta. Não aceito que alguém venha falar em derrota, porque, às vezes, quando perdemos, não é nada mais do que um aprendizado maior que estamos conseguindo. E daí vamos tirar frutos para que possamos seguir em frente e ter uma maturidade maior de saber que a nossa responsabilidade dobrou. Não é a saída de Álvaro Gomes aqui da Assembleia Legislativa que vai tirar Álvaro da luta. Estou com você, Álvaro, em qualquer trincheira, vamos começar pelo Iapaz, mas não é só isso, isso não basta, precisamos de mais, muito mais. Vamos realmente contar com todo esse povo que está aqui para fazer um trabalho cada vez maior.

O País hoje precisa de pessoas como você, Álvaro, uma pessoa que é das poucas reservas morais que existe, e todo mundo reconhece as suas qualidades. Você conseguiu reunir uma série de virtudes que até os cegos enxergam, e os que estão do outro lado reconhecem as suas qualidades.

A cultura da paz é muito importante para nós, porque nós ao assistirmos à televisão ou o rádio, pegarmos um jornal, só se fala em violência. Assisti ao Globo Repórter na sexta feira passada que falou de um país onde se está derrubando os presídios e as pessoas vivem em plena paz e harmonia. É disso que precisamos aqui. Sei que a polícia é necessária, porque ela é um termômetro da nossa sociedade, mas a polícia só age contra os pobres, os pretos, os menos favorecidos. Isso nós temos que mudar. Mas um país só cresce se se fizer a revolução cultural. Se num país o povo

continua analfabeto, ele não vai para lugar nenhum. Precisamos trazer o povo, não só para a luta e para a justiça social, mas também para educá-los, trazer para as escolas.

Nós estamos vendo aí o tráfico de drogas aumentando a cada dia. E vamos realmente continuar combatendo isso e trazendo as pessoas para o nosso lado, que é o lado do bem.

Eu quero aqui agradecer às pessoas que vieram para esta sessão especial, porque elas vieram realmente prestigiar algo que enaltece a todos nós. Quando se fala de justiça social e fala-se de paz, é uma coisa mais importante do que o que pensamos e do que fazemos, porque podemos fazer muito mais e contribuir de uma maneira mais efetiva para que a gente consiga fazer aquilo que estamos não só falando mas acreditando nesta paz, que é uma paz duradoura.

Quero deixar um forte abraço para o meu amigo Álvaro que lutou durante 12 anos e vai continuar lutando sem medo de ser feliz.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra Ney Sá, diretor do Iapaz.

O Sr. NEY SÁ:- Bom dia a todos e a todas, quero saudar todos os componentes da Mesa na pessoa do deputado Álvaro Gomes. Agradeço a oportunidade não apenas de estar aqui para fazer uso da palavra, mas também de fazer parte do Iapaz como integrante desse instituto desde o seu nascedouro.

E, falando em nascedouro, eu quero, também registrar que o Iapaz tem como sua característica fundamental essa ligação com a sociedade viva, com a sociedade real. É um instituto que nasce da experiência, nasce de um episódio, como o deputado Álvaro Gomes já relatou aqui, e o fez muito bem – inclusive trazendo para todos nós números e referências históricas –, e nesse relato ele registrou um pouco da história do Iapaz, que nasce da experiência viva, da experiência do combate à violência, da experiência dos trabalhadores no enfrentamento das suas dificuldades cotidianas. O Iapaz tem essa marca. O instituto tem a marca de estar sintonizado com aquilo que é a demanda da população, que é a demanda da sociedade.

E nesses 11 anos de existência, de trabalho tem mantido sua ação sempre vinculada a dois eixos básicos que fazem parte do seu nome: que são os estudos e a ação, porque paz não se faz somente com o pensamento, paz não se faz somente com estudo, paz não se faz somente com relato, paz se faz, essencialmente, com ação. E quando falamos em paz com justiça social, mais ainda é importante que ressaltemos a importância da ação, porque justiça social tem uma relação direta com a ação da sociedade, com o movimento da sociedade. A justiça está relacionada com essa característica dinâmica da sociedade, da vida de cada um e da vida coletiva.

Então, eu quero dizer que o instituto tem essa característica fundamental: ele está associado às ações de promover ações, de promover iniciativas como esta desta sessão especial, que é também uma ação, que é também uma atividade que mobiliza

pessoas, que traz pessoas para a reflexão, que traz pessoas para participarem de um momento em que se pode explicitar as dificuldades que todos enfrentam, e que se enfrentam coletivamente. Enfim, eu quero dizer que essa é a característica do Iapaz.

Quero completar chamando a atenção especialmente para uma questão muito importante, que já foi relatada aqui por aqueles que me antecederam, mas que acho importante que seja reafirmada, que é a relação da violência na sua exposição midiática.

Temos, hoje, lamentavelmente, uma imprensa que, em que pese cumprir seu papel de informação, de conscientização, de veiculação daquilo que é necessário para que a sociedade atue e funcione, ela também se apropria de determinados conteúdos que têm um apelo de violência muito grande, de muito impacto, para que, com isso, possa fazer sensacionalismo.

Então, quero dizer que é fundamental que façamos aqui uma reflexão sobre que tipo de imprensa, que tipo de veiculação de notícia nós estamos assistindo, hoje, na sociedade.

Há, infelizmente, a tendência de que os veículos de comunicação deem muito mais ênfase aos aspectos negativos, às questões da violência do que à paz, porque, iniciativas de paz como promove o Iapaz e outras entidades que trabalham dentro dessa sintonia são muitas. A sociedade, inclusive, produz um sem número de ações e de iniciativas que são direcionadas efetivamente para a construção da paz, assim como o nosso instituto, mas, a visibilidade que essas ações assumem, dentro da nossa estratégia da nossa comunicação que está sendo construída em nosso dia a dia, é, lamentavelmente, muito pequena.

Nós temos, hoje, um aparato de comunicação voltado, evidentemente, para o lucro. Há empresas voltadas a disseminar um conteúdo eivado de violência, porque, no imaginário desses construtores da comunicação, a violência é o que se vende. Então se é o que se vende e se é o que se produz lucro, é isso a ser veiculado.

Esta ação da mídia vem sendo implementada gradativamente. Hoje, infelizmente, é uma realidade que invade as nossas mesas no horário do almoço, principalmente no horário do almoço, no momento em que estamos reunidos em família ou no recesso do nosso trabalho fazendo a alimentação, conversando com os amigos. É, exatamente, neste momento que a mídia decidiu fazer uma carga ainda maior de violências sobre o público que está assistindo a esses programas. E isso tem contribuído, infelizmente, para a banalização da violência.

Essa constatação já foi feita, aqui, por oradores que me antecederam.

Nós temos vivido, hoje, em uma sociedade que parece não se indignar mais. Parece que a ação da violência e os fatos violentos ocorridos na sociedade ganham uma “normalidade” que não deveria ser aceitável. Aliás, em minha opinião, esta “normalidade” não é aceitável.

Além de discutir os seus instrumentos e as suas ferramentas de combate à violência e de edificação da paz, eu acho que a sociedade tem de discutir também e, de forma muito urgente, a democratização dos meios de comunicação.

Esta é uma discussão urgente, uma discussão extremamente atual e uma discussão que, efetivamente, é uma ação de paz. Vejam, a democratização dos meios de comunicação tem a possibilidade de colocar, nas mãos da população, nas mãos das entidades como Iapaz e outras entidades que travam esta luta, na condição de, também, colocar os seus conteúdos de forma massiva para a sociedade.

Eu acho fundamental esta disputa de ideias. E esta disputa de ideias e de conteúdos não se dá neste País sem que a democratização dos meios de comunicação seja, efetivamente, consolidada.

Então, acho que as lutas, que se avizinham para nós, são lutas em prol de reformas políticas e, essencialmente, em prol da democratização dos meios de comunicação. Essas são lutas, efetivamente, articuladas com a possibilidade de construção de uma cultura de paz.

Para finalizar, queria deixar a minha saudação especial ao deputado Álvaro Gomes, pois ele termina uma fase de mandatos, extremamente, vitoriosos, extremamente, efetivos. Isso já foi registrado por diversos oradores que me antecederam. Eu tenho certeza de que este é o pensamento de muitas das pessoas que estão aqui e que conhecem, de perto, o trabalho e a pessoa do deputado Álvaro.

Gostaria de dizer que existem instituições como a Assembleia Legislativa da Bahia, como o Sindicato dos Bancários, como o próprio Iapaz e como várias instituições e estruturas que a sociedade cria para que sejam trincheiras de luta na evolução da sociedade. São grandes trincheiras e são, efetivamente, estruturas de grande importância para toda a sociedade.

Mas acho que há situações que se engrandecem. Há pessoas, homens e mulheres que fazem, constroem e constituem essas estruturas. Essas situações se agigantam. Tais situações ultrapassam a fronteira da dimensão dessas estruturas.

E eu falo isso especialmente me referindo ao deputado Álvaro Gomes que está deputado, neste momento, mas que é um homem de luta, essencialmente é um cidadão preocupado com os destinos da sociedade. Estar deputado, para ele, é uma condição que dá uma possibilidade de trabalho muito ampla. Mas tendo a pensar que a Assembleia Legislativa é quem perde, a população é quem perde com a saída do deputado Álvaro Gomes, a partir deste mandato.

Mas acho que há também um motivo de felicidade muito grande. O Legislativo toma muito tempo efetivamente para que a pessoa dê conta de tantas demandas que são solicitadas a esta Casa. Tenho certeza que nesse momento de afastamento desse trabalho, efetivamente continuando com todo o trabalho que já desenvolve, além da Assembleia Legislativa, nós, a população, o Instituto e muitas outras estruturas desta sociedade ganharão. E ganharão ainda mais, porque a possibilidade que o deputado terá de multiplicar o seu tempo e se dedicar a outra trincheira de luta será mais efetiva.

Um abraço ao deputado, amigo e diretor do Iapaz Álvaro Gomes e a pessoa do deputado Álvaro Gomes que, sem sombra de dúvida, é um exemplo para todos nós. (Palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes): - Já chegando ao processo final de finalização desta sessão especial, com a palavra Helber Pacheco, representando o secretário do Trabalho.

O Sr. HELBER PACHECO:- Gostaria de saudar a todos, desejando um bom dia, já quase boa-tarde. Nessa saudação inicial a todos os presentes, dirijo-me àquele que teve a iniciativa da realização desta sessão especial, o deputado Álvaro Gomes. Também a todos da Mesa, na pessoa da deputada Fátima Nunes. Tive a oportunidade de conhecê-la justamente em seu primeiro mandato, início dos anos 90. Temos uma identidade seja pela nossa militância religiosa, seja ainda quando em sua história participando da CEBs ou ainda quando na CPT, Comissão Pastoral da Terra. Sempre muito próximos daqueles que na maior parte da história se sentiram e ainda se sentem menos favorecidos. Não é o contrário disso e não é surpresa para a gente quando o seu discurso se aproxima muito do que acreditamos e defendemos. Deve ter sido a proposição inicial também desta sessão de hoje. Portanto cumprimento toda a Mesa nas pessoas dos deputados Álvaro Gomes e Fátima Nunes.

Bom, falamos em paz e o deputado Álvaro Gomes nos traz uma lembrança de 1948, na época da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No final da década de 40 do século passado, duas coisas foram criadas mundialmente, e teve uma razão para isso. Depois de duas grandes guerras mundiais, a primeira de 1915 a 1919, e a segunda de 1939 a 1945, sentiu-se a necessidade de se criar um organismo, uma organização mundial para que se evitasse a todo custo que guerras fatídicas como essas que aconteceram, duas grandes guerras em menos de meio século, em menos de 50 anos como as que citei agora, que se reunisse o maior esforço possível para que guerras como essas pudessem ser evitadas.

Aí a gente fala da criação da ONU, Organização das Nações Unidas. E depois da ONU, é que veio a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948. E vemos que esse esforço, e houve vários outros desdobramentos, mas vemos que a própria Declaração em todo esse tempo, desde 1948, embora sendo uma Declaração de suma importância, costumeiramente, eu diria que diariamente, é desrespeitada. É desrespeitada porque a Declaração dos Direitos Humanos traz direitos essenciais para a sobrevivência, mas não uma sobrevivência qualquer, é para uma sobrevivência digna do cidadão e da cidadã em qualquer parte do mundo. Ali estão assegurados, e deveria estar assegurado para cada cidadã e cidadão, dentre esses direitos, aqui posso ilustrar, o direito à moradia, ao vestuário, à saúde, à educação, ao transporte e ao lazer, mas também à segurança. Direitos esses, repito, desrespeitados no nosso cotidiano, basta apenas olhar ao nosso redor. Vemos em todas as partes do mundo o quanto isso deveria ser assegurado.

O nosso amigo Agnaldo falou da reportagem, na semana passada, em determinado país. Isso deveria estar replicado em todos os países, em todos os cantos

e recantos. Só que houve a criação desse organismo tão importante que é a ONU e, em consequência disso a Declaração Universal dos Direitos Humanos depois de duas grandes guerras. Vemos que grandes guerras aconteceram depois disso e acontecem até os dias de hoje. E guerras essas ocorrem pelos mais variados motivos, principalmente pelo econômico, aqui destacado na fala do deputado Álvaro Gomes.

Mas trazendo para a nossa realidade, a realidade do nosso País, guerras outras acontecem e não são assumidas e não declaradas contra países, contra outras nações com indústria bélica potente e cada vez mais presente.

Mas guerras outras acontecem no nosso País, a exemplo da violência no trânsito, que termina vitimando milhares e milhares de pessoas todos os anos, se não de forma fatal, mas deixando sequelas e vitimando famílias inteiras no nosso País; guerras através do tráfico de drogas; guerras outras que adentram, inclusive, as nossas residências, não apenas e tão somente como aqui falou o nosso amigo através dos programas televisivos, das notícias cada vez mais sensacionalistas. E se tivéssemos a oportunidade de espremer os nossos televisores com as notícias sensacionalistas e de tanta criminalidade, certamente, sairia sangue, como se fala numa linguagem mais popular.

Mas há também aquela violência dentro de casa. A gente sabe, ouve falar da violência contra a mulher e da violência contra criança. E essa violência se reflete na nossa sociedade, porque os valores que tanta importância têm para uma sociedade e cada vez mais estão esquecidos, justamente, porque o principal núcleo da nossa sociedade que é o núcleo familiar, vai perdendo cada vez mais a sua essência. Porque o homem desrespeita a mulher, a mulher desrespeita o marido, e esses, muitas vezes, desrespeitam os filhos. E daí aquilo que acreditavam, ou que no nosso discurso é em função de um futuro melhor para os nossos filhos e dos nossos netos, é relevado a última instância e deixamos essas crianças em um estado cada vez mais vulnerável, porque a família não protege esses menores e, conseqüentemente, a sociedade, e dessa sociedade os nossos representantes. A figura ou a presença do Estado quando nos falta cercando-nos dos mais variados instrumentos de segurança. E a segurança propriamente dita - e o deputado Álvaro Gomes falou e de forma bastante oportuna - não está apenas, embora seja necessária, na questão de uma legislação que realmente contemple e assegure com mais rigor aqueles infratores. A deputada Fátima Nunes disse que era necessário que, realmente, fossem punidos aqueles que cometem infração. Mas também quando não tenhamos mais policiais, mais armas, quando o Estado garantir mais viaturas. Isso é necessário, mas não tão somente isso. Tem coisas muito mais importantes do que essa questão dos recursos financeiros, do que mais viaturas, do que mais armas, do que mais policiais. Inclusive, não adianta termos mais policiais se a relação deles continua sendo reflexo e resquício de um processo ditatorial do nosso País de 1964 a 1985. Isso já tem 25 anos e ainda se perdura no comportamento da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Deve haver a questão de uma reeducação, de um tratamento onde se respeite o próximo, afinal de contas, por trás de uma farda, por trás de um distintivo, há um ser

humano, um pai de família, uma mãe de família, igual a qualquer outro que ele consegue encontrar na sociedade. E outra, uma polícia que não seja apenas da punição. Por isso que mais importante do que essas ações, do que esses recursos, é um trabalho de prevenção. Onde investindo essencialmente na saúde, em ações da cultura, e que você possa garantir esses direitos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aí repito, a questão de transportes, saúde, educação, alimentação, lazer, dentro outros direitos, que possamos ter uma sociedade cada vez melhor.

Então, como minha saudação é breve, queria dizer que a paz perpassa, principalmente, num resgate de valores especialmente onde a gente respeite o próximo, que possamos enxergar o outro como a nós mesmos. Como o Mandamento diz: "Amar ao próximo como a si mesmo." Isso deve ser uma prática constante.

Uma outra coisa que devemos ter certeza conosco é de que a busca incessante pela felicidade não pode ser só minha. Porque quando me sinto feliz sozinho, essa felicidade é efêmera, é passageira. A felicidade que buscamos se concretiza na sua essência quando a felicidade é minha, mas também da minha esposa, dos meus filhos, dos meus vizinhos, dos meus parentes, dos meus amigos, porque aí é uma felicidade permanente. E essa felicidade deve ser buscada, repito, com respeito ao próximo. Dentro disso aí, gostaria de lembrar de uma frase, de uma citação de Albert Einstein, esse grande gênio da humanidade, quando ele diz que o ser humano não deve se contentar em criticar e esperar, deve lutar por essa causa. E, nesse caso, pela paz com justiça social tanto quanto puder, pois o futuro da humanidade será o que hoje prepararmos. A gente só vai colher aquilo que plantamos hoje. Então, que a gente plante paz, que a gente plante a justiça social, que a gente plante essencialmente o respeito ao próximo.

E eu costumo, de forma repetitiva, dizer que nenhum de nós é tão bom quanto todos juntos, porque é importante, mas não adianta apenas eu querer fazer a minha parte, se o outro não fizer. É, portanto, necessário que eu faça a minha parte, mas que eu contagie o próximo para também fazer a sua parte e que, juntos, consigamos transformar essa sociedade numa sociedade que queremos e que necessitamos, uma sociedade com paz e justiça social.

Para finalizar, dado o adiantado do horário, gostaria de me reportar, como outros oradores aqui fizeram, inclusive, fazendo uma saudação - através do nosso secretário Newton Vasconcelos e da chefe de gabinete Nair Prazeres, que não puderam aqui estar presentes - ao deputado Álvaro Gomes e aos presentes.

Gostaria de me reportar nesse momento ao deputado Álvaro Gomes. Não vou falar o quanto ele merece, porque aí eu me estenderia mais ainda. Em função do tempo, vou dizer apenas da importância que o deputado Álvaro Gomes tem e que demonstra dentro daquilo que ele prega também com as suas ações, o compromisso que ele tem pela transformação dessa sociedade em cada um da gente aqui presente e que a gente deseja e tanto anseia.

Na realidade, a sensibilidade que o deputado Álvaro Gomes tem, e quando falo

na sensibilidade de Álvaro Gomes como homem, não homem apenas na questão do gênero, mas homem enquanto a sua essência, o primeiro exemplo está na criação das suas duas filhas. O homem que por obra do destino terminou se transformando em pai e mãe para as duas meninas, e a responsabilidade que ele trouxe para si na sua criação e na demonstração que ele dá no dia a dia na educação de suas duas filhas; na sensibilidade que ele teve como bancário e como sindicalista desse segmento importante. E, como sindicalista, indo além desse segmento ou dessa categoria dos bancários e aí se fazendo presente, dando uma força e apoio a tantos outros segmentos, como Rita aqui falou, ao movimento dos sem-teto quando estavam sendo atacados ou sem abrigo, sem apoio e acolhidos pelo homem mas também pelo sindicalista, lá no ginásio dos bancários. Esse apoio não foi apenas por um espaço físico naquele momento tão necessário, mas em tantos outros desdobramentos, em tantas outras ações e um apoio que se tornou permanente até os dias de hoje.

Outro momento que gostaria de destacar do nosso amigo deputado Álvaro Gomes é justamente quando no exercício parlamentar do seu terceiro mandato consecutivo. Álvaro Gomes deve ser lembrado e vai ser lembrado sempre não apenas pela sua produção parlamentar tão importante para a função de um deputado. Foram mais de 2 mil pronunciamentos aqui nesta Casa nos quase 12 anos de mandato, são 3 mandatos, nas centenas de produções aqui no Legislativo com várias iniciativas de projetos, de relatoria, de sessões especiais, concedendo comendas aqui nesta Casa, dentre várias outras ações. Mas principalmente que toda essa produção como ele bem falou, não pela quantidade intensa, mas pela qualidade dessa produção legislativa e na qualidade está justamente o reconhecimento do seu compromisso, não apenas por esse ou por aquele segmento, por essa ou aquela categoria, mas especialmente pela sociedade baiana da qual cada parlamentar nesta Casa representa.

O deputado Álvaro Gomes deu um testemunho ao longo desses 12 anos, além de toda a sua história de vida, se é importante ser deputado nesta Casa, como a Fátima Nunes bem falou, a importância não está pelo nome, pelo título ou pelo cargo exercido porque graças a Deus os cargos são passageiros. A importância de ter exercido esses três mandatos é pelo que possibilitou o exercício desses três mandatos em favor do próximo a bem de uma coletividade, principalmente de uma coletividade menos favorecida, carente, portanto, digna do reconhecimento e do apoio de parlamentares, a exemplo de Álvaro Gomes e de vários outros pares que o apoiaram ou que ele apoiou outras iniciativas aqui nesta Casa, e buscaram com essa iniciativa a dignidade do ser humano no contexto da sociedade baiana e da sociedade brasileira.

Por isso Álvaro Gomes, outras pessoas aqui falaram mesmo que com outras palavras, ressaltar que não tenho dúvida nenhuma pelo que lhe conheço há alguns anos, que você não teve prejuízo nenhum de não ter sido reeleito. Tenho certeza que você não teve prejuízo. O prejuízo, sim, foi do seu partido inicialmente, que também é o meu partido. O prejuízo foi para o conjunto da política do nosso Estado, o prejuízo foi para o nosso Estado, para o nosso País, porque parlamentares com a sua história e com seu nível de compromisso farão falta, não apenas aqui

nesta tribuna, não apenas nas comissões, em função dessa participação ter sido um compromisso permanente, e que não acabará em 31 de janeiro, quando findará o seu terceiro mandato, mas que dará continuidade às suas ações, seja lá qual o espaço que esteja ocupando.

Portanto, gostaria de dar-lhe um forte abraço, com o desejo mesmo de que, a partir de 2015, mesmo você não estando nesta Casa, continue fazendo ecoar toda a sua produção, não somente nesta Casa, mas em todo o Estado da Bahia, especialmente pelo compromisso. Não tenho dúvida de que você permanecerá, por todos os dias de sua vida, ao lado, principalmente, dos menos favorecidos.

Gostaria de agradecer pela atenção a cada um. Parabenizo o deputado Álvaro Gomes por mais uma iniciativa, dentre tantas outras, que certamente estarão por vir.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Agradeço pelas palavras carinhosas e generosas ao nosso amigo Helber Pacheco.

Finalizando, quero dizer que o Iapaz e o que defendemos aqui realmente está escrito no próprio título da sessão, que é a paz com justiça social.

Somos contra a redução da maioria penal, contra a pena de morte, contra o aparato repressivo – devido ao desconhecimento das condições históricas, da realidade objetiva – como forma de resolver o problema da violência. Entendemos que esses mecanismos não resolvem o problema da violência. A violência se resolve com justiça social, com solidariedade, construindo postos de trabalho, universidades, escolas e a cultura da solidariedade. Portanto, quero deixar isso aqui reafirmado.

Convido todos para ouvir o Hino da Bahia.

(Apresentação do Hino da Bahia.)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*